

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA: NOVOS CULTIVOS E OCUPAÇÃO DE NOVAS ÁREAS

Iraci del Nero da Costa¹
Agnaldo Valentin²

RESUMO: Neste artigo os autores desenvolvem dois temas correlatos, ambos enquadrados no âmbito da pesquisa histórica e referentes a estudos demográficos e econômicos: os aspectos relativos à introdução de novos cultivos e as questões concernentes à incorporação de novas áreas, tanto agrícolas como urbanas, ao ecúmeno. Para cada um destes dois tópicos são identificados os momentos e elementos cruciais que devem receber atenção especial dos pesquisadores.

PARAVRAS-CHAVE: história; demografia; economia rural; economia urbana.

ABSTRACT: In this article the authors develop two correlated themes, both framed in the context of historical research and related to demographic and economic studies: aspects of the introduction of new crops and questions concerning the incorporation of new agricultural and urban areas to the main region. For each of these two topics we identify the crucial moments and elements that should receive special attention from researchers.

KEYWORDS: history; demography; rural economy; urban economy.

INTRODUÇÃO

Neste artigo vão reunidos, com alterações de somenos, dois textos os quais, isoladamente, já foram divulgados. Efetuamos tal fusão porque tais escritos guardam afinidade entre si e de sua união resulta uma compreensão superior dos temas desenvolvidos em cada um deles.

Destarte, ocupamo-nos de duas questões correlatas concernentes à pesquisa histórica de caráter demográfico e econômico.

Numa primeira parte contemplamos a introdução de novos cultivos tentando identificar os distintos momentos a serem considerados pelo pesquisador: implantação, difusão e consolidação.

Já o objeto central do item subsequente refere-se à incorporação de novas áreas ao ecúmeno. Complementa-se e amplia-se, desse modo, a visão estabelecida na problemática

¹ Professor Livre-docente aposentado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (Brasil).

² Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (Brasil).

inicial pois, além de terras votadas à agricultura também são levadas em conta localidades urbanas.

Voltemo-nos, pois, para o desenvolvimento dos dois tópicos propostos acima.

1. SOBRE O ESTABELECIMENTO DE NOVOS CULTIVOS

A nosso ver o procedimento a ser adotado na pesquisa histórica concernente à introdução de uma nova cultura agrícola deve percorrer, tanto do ponto de vista econômico como da perspectiva demográfica, três momentos bem distintos: no primeiro lapso deve-se considerar a implantação do novo cultivo, em segundo lugar contemplar-se-á sua difusão, por fim descrever-se-á sua definitiva consolidação. Atenhamo-nos a cada um desses aspectos.

1.1 IMPLANTAÇÃO

A implantação corresponde à introdução de um novo cultivo, o que se dá, por via de regra, com base na ação de produtores marginais, vale dizer, pequenos produtores sem maiores recursos, tanto em termos de posse e/ou propriedade de terras como no respeitante a fatores materiais (bens de produção e capital) ou humanos (escravos ou concurso de trabalhadores livres).

A incorporação de novas culturas ocorre, ademais, sem qualquer mudança mais expressiva no quadro demo-econômico preexistente. Muito comumente, tendo-se em vista a história colonial brasileira, os pioneiros eram pequenos lavradores que não dispunham de terras próprias nem eram proprietários de escravos; não raro, tratava-se de agregados. Ao que parece, cabia-lhes – sem que disso tivessem consciência – o papel de testar as potencialidades do novo bem sem que os demais produtores da área se vissem obrigados a enfrentar riscos ou efetuar gastos.

1.2 DIFUSÃO

Provada a viabilidade econômica da cultura introduzida conhecia-se o desenvolvimento de uma nova fase, a da difusão do novo plantio com o alargamento das

atividades – inclusive as de caráter artesanal e/ou comercial – a ele vinculadas imediatamente.

Dá-se nesse momento não só a incorporação à nova atividade de produtores já estabelecidos na região como a entrada de outros mais, atraídos pelo êxito alcançado pelo novo cultivo. Se os proprietários que já se encontravam na área não vêm, de início, grandes alterações em suas posses, nem enfrentam, de imediato, mudanças radicais em sua rotina de trabalho, pois a nova atividade, via de regra, consorcia-se com as atividades desenvolvidas anteriormente, a entrada de novos produtores pode significar grandes transformações, tanto em termos pessoais – afeta-se aqui a vivência dos recém-chegados, de suas famílias e eventuais acompanhantes (inclusive escravos) – como no que tange à estrutura e características demográficas e econômicas da área receptora. Têm início nessa segunda fase, pois, processos mais ou menos acentuados de atração, acomodação e repulsão, tanto de pessoas como de atividades. Alterações profundas no perfil econômico podem verificar-se.

O importante a ressaltar aqui é que tais mudanças não podem ser vistas como uma consequência da atuação da nova atividade sobre estruturas preexistentes que se teriam mantido isoladas, ou seja, fechadas às influências externas. Não, embora as alterações devam ser atribuídas à nova atividade, não podem ser referidas à sua ação sobre o perfil demo-econômico preexistente, pois tais mudanças – ainda que profundas e dramáticas – devem ser atribuídas a fatores exógenos, elementos novos introduzidos de fora para dentro com respeito às condições imperantes anteriormente na área. Como veremos adiante, as transformações decorrentes de fatores endógenos – e, portanto, atribuíveis à atuação da nova atividade – dão-se no que se poderia considerar longo prazo, vale dizer, na terceira fase aqui contemplada, qual seja, a da consolidação de uma nova atividade.

1.3 CONSOLIDAÇÃO

Esta terceira fase é a mais duradoura das três, pois, contrariamente à primeira, que ocupa umas poucas safras, e à segunda, que não se alonga por muito mais de um lustro, esta última se estende até a decadência e/ou definitiva superação da atividade em tela. Nela completam-se integralmente os processos de ajustamento iniciados na segunda fase e

consolidam-se as mudanças estruturais decorrentes da ação da atividade em questão. Eventuais elementos fortuitos, introduzidos de modo mais ou menos aleatório na segunda fase, são definitivamente aplainados e amoldados às condições iminentes à aludida atividade. A fim de se realçar as mudanças ocorridas deve-se efetuar o confronto entre o perfil demo-econômico vigente nessa última fase com o que prevalecia no início da primeira.

Por outro lado, do ponto de vista espacial, talvez seja recomendável que a análise se estenda ao entorno regional da área inicialmente contemplada, vale dizer, é aconselhável que se conheçam as condições de vida das pessoas ou grupos que se viram repelidos ou deslocados em decorrência da introdução da nova atividade. Pensamos aqui nas várias combinações que podem ser estabelecidas entre “piora” e “melhora” das condições de vida, renda ou riqueza.

Assim, além de levantarmos informações sobre a vivência *ex ante* e *ex post facto* para os grupos que se viram “beneficiados” pela introdução da nova cultura, devemos nos preocupar em estender tal conhecimento, e de modo circunstanciado, aos segmentos que, de uma forma ou de outra, podem ser considerados “prejudicados” pelo referido cultivo. O avultado número de arranjos possíveis sobre as aludidas condições deve operar, a nosso juízo, como um chamamento contra conclusões apressadas e simplistas tomadas a partir de uns poucos indicadores estatísticos ou de um quadro de referências empíricas muito limitado.

2. SOBRE A INCORPORAÇÃO DE NOVAS ÁREAS AO ECÚMENO

Quando se analisa o processo de incorporação de uma área (neste texto nos permitimos tomar, como sinônimos, os termos "local", "núcleo", "área" e "região") ao ecúmeno é recomendável atentar, antes do mais, para seus predicados geográficos e os fatores que atuaram no sentido de atrair seus ocupantes. Quanto a estes, é preciso procurar reconhecer suas expectativas e os eventuais planos que formularam quando decidiram deslocar-se para tal área e ocupá-la. É necessário, ademais, efetuar o levantamento de seus conhecimentos, de seu preparo para a promoção do aproveitamento da região ocupada e dos bens com que chegaram a ela. Igualmente relevante é a determinação das relações

estabelecidas entre as pessoas cujo deslocamento está sendo contemplado: vieram elas em grupos? são pioneiros isolados (solteiros) ou seus familiares foram deixados em outras plagas para, eventualmente, serem chamados num segundo momento?

Com respeito ao local para o qual se dá o deslocamento, além dos elementos de ordem geográfica, já lembrados acima, e das eventuais aptidões da área em termos da disponibilidade de recursos, qualidade das terras, vias fluviais existentes, clima, regime térmico e de chuvas, condições pedológicas e perfil do terreno (montanhoso, plano, recortado etc.), deve-se emprestar especial atenção para as vias de comunicação já existentes assim como para a abertura de novos caminhos e rotas e seu desenvolvimento no espaço e no tempo, ou seja, tem-se de tomar em conta a disponibilidade de caminhos (terrestres, lacustres, marítimos e fluviais) que possam servir ao escoamento da produção local e ao recebimento de bens, serviços e informações de outras áreas.

Caso se trate de um ambiente com predominância do sistema escravista é forçoso saber como esta região se vincula com as redes de comercialização de cativos, quais são os mercados fornecedores de mão de obra servil e quais os liames comerciais estabelecidos entre essas regiões.

De outra parte, ao apreciarmos o processo de acumulação é imprescindível levar em conta os distintos momentos estudados, considerando, também, que cada fase (reconhecimento, ocupação, alargamento da ocupação, fixação definitiva, expansão produtiva, estabelecimento de comércio sedentário e desdobramento de núcleos rurais e urbanos etc.) apresenta determinados limites para o processo de acumulação (econômica e de bens materiais) individual e do corpo social visto como um todo. Vale dizer, deve-se considerar que, ao lado do dinamismo e da capacitação de caráter pessoal (ao lado da acumulação em termos individuais) existem potencialidades objetivas que dão o ritmo ao processo de "acumulação do conjunto social local", potencialidades estas as quais, a cada passo, atuando como um fator sobredeterminante, estabelecem o balizamento dos processos individuais de enriquecimento. Ademais, o nível de vinculação entre a área em foco e as redes de comércio regionais, coloniais ou nacionais e internacionais condiciona tanto o processo local de acumulação como, por consequência, os caminhos pessoais de enriquecimento.

Revela-se como tópicos da mais alta importância, pois, a definição pormenorizada do padrão de acumulação seguido no correr do tempo pelo núcleo tomado como um todo e em sua interação com o meio colonial ou nacional assim como com o âmbito internacional. Paralelamente, nos quadros de tal padrão, é necessário verificar como se processa, a cada lapso, o desempenho dos distintos agentes econômicos que se desenvolveram na área. Aqui, além dos indivíduos, terão de ser considerados os diferentes segmentos ocupacionais existentes localmente.

No tocante às pessoas e aos grupos cuja atração deu-se num segundo momento do processo de ocupação (depois de efetuado o reconhecimento, o desbravamento da área e de ter-se iniciado a sedimentação do novo núcleo), impõe-se a averiguação detalhada de seus atributos de caráter objetivo e subjetivo. Quais as características desse(s) novo(s) grupo(s)? Seu nível de conhecimento e informação? Sua riqueza? Qual a composição do conjunto de seus bens (inclusive e sobretudo de escravos, se for o caso)? Quais as formas de transmissão e manutenção da riqueza entre as gerações? Enfim, deve-se, sempre, qualificar as distintas "ondas" de novos ocupantes e, para cada uma dessas "levas" (desses momentos), distinguir as particularidades dos diferentes grupos e pessoas que as compõem, ponderando o duplo condicionamento existente entre os novos grupos e aqueles já instalados anteriormente.

Não se deve esquecer, ainda, que tais regiões certamente conheceram um fluxo populacional, vale dizer, há que se reconhecer os fatores promotores tanto da imigração como da emigração. Ao investigador cabe a consideração de ambos os movimentos, buscando associá-los ao já citado processo de "acumulação social". Assim, por exemplo, constatar a intensificação ou arrefecimento da associação entre negócios e ligações familiares pode fornecer um indicador relativamente contínuo do dinamismo local, assim como desvendar vínculos que dificultem a aludida mobilidade de setores da sociedade estudada, especialmente em momentos econômicos adversos.

Cumprido notar, por fim, a relevância assumida pelos elementos arrolados acima quando se pretende estabelecer comparações entre o comportamento no correr do tempo das distintas condições sobre as quais se alicerçaram as localidades estudadas. Sem o conhecimento mais denso dos caminhos por elas trilhados e dos substratos de ordem

objetiva e subjetiva que informaram e enformaram o desenvolvimento de cada área, o mero confronto de uns poucos indicadores estatísticos revela-se ilusório, pouco profícuo e, portanto, absolutamente inútil. Assim, ao dirigirmos nossos esforços para a construção de uma história regional solidamente embasada no conjunto das ciências sociais colocadas à disposição do historiador estaremos, correlatamente, erigindo as bases indispensáveis aos confrontos dos quais resultará a identificação dos vários padrões de evolução que certamente estiveram presentes na formação das "populações" e das "economias" contempladas.